

O desembargador Eduardo Gouvêa, da 7ª Câmara de Direito Público, suspendeu, ontem (24), decisão que barrou liminarmente o contrato da PPP bilionária da iluminação pública de São Paulo. O termo, firmado por R\$ 6,9 bilhões entre a Prefeitura e a empresa FM Rodrigues foi suspenso pela Justiça em decisão de caráter provisório no dia 12 de abril, atendendo a ação popular com parecer favorável do MPE.

Arrecadação cresceu 3,95% influenciada por desempenho da atividade econômica

Beneficiada pela recuperação da economia e pelo aumento dos tributos sobre os combustíveis, a arrecadação federal cresceu acima da inflação pelo quinto mês seguido. Segundo a Receita, o governo arrecadou R\$ 105,659 bilhões em março, alta de 3,95% em relação ao mesmo mês do ano passado, descontada a inflação oficial pelo IPCA. A arrecadação atingiu o melhor nível para o mês de março desde 2015.

Nos três primeiros meses de 2018, a União arrecadou R\$ 366,401 bilhões, alta de 8,42%

acima do IPCA em relação ao primeiro trimestre do ano passado, sendo o melhor resultado para o período desde 2014. A arrecadação aumentou R\$ 4,01 bilhões em relação a março do ano passado. Desse total, parte do crescimento foi provocado pela elevação de tributos sobre os combustíveis e outra parte decorreu do Pert, também conhecido como Novo Refis.

Em vigor desde o fim de julho do ano passado, a elevação do PIS e da Cofins sobre os combustíveis reforçou os cofres federais em R\$ 2,261 bilhões em março, contra R\$ 1,192

bilhão no mesmo mês de 2017. Beneficiadas pelo aumento da cotação do petróleo no mercado internacional, que influencia o pagamento de royalties, as receitas não administradas pelo Fisco cresceram 8,26% na mesma comparação, se for descontada a inflação.

A recuperação da economia contribuiu para a melhora da arrecadação federal. O aumento de 5,21% nas vendas de bens, além do reajuste das alíquotas sobre os combustíveis, impulsionou a arrecadação de PIS/Cofins em março, que cresceu 10,16% acima da inflação



A recuperação da economia contribuiu para a melhora da arrecadação federal.

oficial em relação a março do ano passado. A alta de 2,77%

na produção industrial fez a arrecadação de IPI subir 9,06%

acima do IPCA na mesma comparação (ABR).

Fumaça de caminhões: multados 731 veículos

Reginaldo dos Santos/EPTV



Fiscais da Cetesb multaram ontem (24) 731 veículos movidos a diesel em 22 pontos do estado.

Uma operação da Cetesb e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente multou ontem (24) 731 veículos movidos a diesel em 22 pontos do estado. A ação deu início à Operação Inverno 2018, que vai intensificar a fiscalização para evitar episódios críticos de poluição do ar. Foram fiscalizados 35.988 caminhões.

"A ideia central é tolerância zero com fumaça preta. É impedir que a fumaça preta e o material particulado que ela contém atinjam o pulmão das pessoas, prejudiquem a saúde. Até o final da Operação Inverno, estaremos repetindo esse me-

gacomando em mais ocasiões, em diversos pontos estratégicos espalhados no estado", disse o secretário de Meio Ambiente, Maurício Brusadin.

Os fiscais têm à disposição duas formas para identificar se o veículo está emitindo fumaça fora das normas ambientais: o uso de aparelhos denominados opacímetros, que verificam as emissões que saem diretamente dos tubos de escapamento, ou a aplicação da escala de Ringelmann, uma cartela em que se faz a comparação visual da cor da fumaça com tons impressos, permitindo a constatação de irregularidade (ABR).

Bandeiras da Aneel

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem (24) manter os valores atualmente cobrados dos consumidores pelas bandeiras tarifárias nas contas de energia. Em novembro, a agência determinou que o adicional nas contas de luz a ser pago a partir do acionamento da bandeira amarela seria de R\$ 1 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Na bandeira vermelha no patamar 1, o adicional é de R\$ 3. Já a bandeira vermelha no patamar 2, a taxa é de R\$ 5 a cada 100 kWh consumidos. Na verde, não há cobrança adicional.

As bandeiras tarifárias são acionadas sempre que há necessidade de recompor os gastos extras com a utilização de energia gerada por meio de usinas termelétricas, mais cara do que a gerada nas hidrelétricas. Isso ocorre quando há pouca chuva, o que prejudica o nível dos reservatórios e funcionamento das hidrelétricas (ABR).

STF retira de Moro menções a Lula na delação da Odebrecht

Brasília - A 2ª Turma do STF aceitou, ontem (24), um recurso apresentado pela defesa do ex-presidente Lula para retirar do juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, trechos da delação da Odebrecht que narram fatos relativos a investigações em torno do petista. Por decisão de três dos cinco ministros da turma, os documentos serão encaminhados à Justiça Federal de São Paulo.

Essas colaborações relatam a ocorrência de reformas no sítio em Atibaia, aquisição de imóveis para uso pessoal e instalação do Instituto Lula e pagamentos de palestras, condutas que poderiam funcionar como retribuição a favorecimento da companhia. Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes concordaram com os argumentos dos advogados de Lula, de que os fatos relatados não dizem respeito a crimes relativos a Petrobras.



Juiz federal Sérgio Moro.

Ao abrir divergência do ministro relator do caso, Edson Fachin, que já havia votado para manter as colaborações com Moro, Toffoli afirmou que as narrativas dos delatores também mencionam ilícitos na obra do Porto de Mariel, em Cuba. "A investigação se encontra em fase embrionária, e não vislumbro relação com a Petrobras", disse Toffoli. Vencidos, os ministros Celso

de Mello e Edson Fachin ressaltaram a decisão da própria Turma, que já havia entendido, em julgamento anterior, que as cópias cabiam a Moro, argumento também destacado pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

"A Turma julgadora não só analisou o argumento da defesa como, também, entendeu que há relação de conexão entre os fatos narrados pelos colaboradores com os crimes que estão sendo julgados pela 13ª Vara Federal de Curitiba", destaca a PGR em parecer enviado ao Supremo em fevereiro. Em seu voto, o decano Celso de Mello destacou que os fatos narrados nas colaborações têm relação com ações penais em que Lula é réu e já estão em curso no Paraná. Além do caso do triplex do Guarujá, o decano citou as ações em torno do prédio do Instituto Lula e do sítio de Atibaia (AE).

Temer se reuniu com setor automotivo

Representantes do setor automotivo reuniram-se ontem (24) com o presidente Temer e ministros para discutir detalhes do programa Rota 2030. Ao deixar o encontro, o presidente da Anfavea, Antonio Megale, disse que a expectativa do setor é que o programa seja lançado em maio. Segundo o presidente da Anfavea, a expectativa de teto do setor é de incentivos de R\$ 1,5 bilhão, mas esse valor pode ser alterado de acordo com os mecanismos a serem acertados para o programa.

"O valor é difícil de precisar porque precisamos ter o formato final bem definido. Pode ser reavaliado. Isso é uma expectativa. A ordem de grandeza é essa, mas dependendo dos ajustes do mecanismo ele pode variar para baixo um pouco", disse. Questionado sobre divergências entre o Ministério da Fazenda e o MDIC em relação ao Rota 2030, Antonio Megale respondeu que a questão foi praticamente solucionada.

No sábado (21), o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, falou sobre o programa em Washington e disse que é preciso analisar o custo de oportunidade desse tipo de medida, já que os recursos que



Temer e ministros discutiram detalhes do programa Rota 2030.

deixariam de entrar por causa de uma política de incentivo ao mercado automobilístico poderiam ser investidos em outras áreas.

O Rota 2030 é uma proposta de regime de incentivos para o setor automotivo com duração de 15 anos que substituirá o Inovar Auto, encerrado no fim do ano passado. "Estamos na fase final de ajustes. Esses ajustes devem ser feitos ainda durante a semana e a expectativa é que o programa seja lançado em breve. Temos a expectativa que isso aconteça ainda no mês de maio", disse Megale (ABR).

Acordos podem devolver R\$ 10 bi aos cofres públicos

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) está em negociação com nove empresas envolvidas em casos de corrupção e desvio de recursos públicos para celebração de acordos de leniência. Segundo o ministro da CGU, Wagner Rosário, os acordos devem resultar na devolução de mais de R\$ 10 bilhões aos cofres públicos no próximo ano. No âmbito da CGU e da AGU, alguns em conjunto com o MPF, já foram celebrados três acordos de leniência com o retorno de R\$ 630 milhões, disse.

A responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública está prevista na Lei Anticorrupção. A recuperação de recursos com ações na Justiça chega a cerca de 10% e com os acordos sobe para 60% a 70%, além de gerar uma economia com advogados e equipes de investigação nas ações. "A quebra da empresa não é política de combate à corrupção e o acordo de leniência não é simplesmente 'passar a mão na cabeça' das empresas. É sancioná-las, com algumas vantagens, e mantê-las no mercado, que é importante para a economia", disse Rosário.



Ministro Wagner Rosário, da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

A empresa que faz acordo de leniência deve, entre outros compromissos, cooperar com as investigações e fornecer informações e documentos que comprovem a infração, além de se comprometer a implementar ou melhorar os mecanismos internos de integridade, na mudança de comportamento diante de práticas irregulares. "Empresas que não mudam sua cultura, não tem direito a acordo e arcam com as consequências administrativas advindas dos seus atos", disse Rosário (ABR).

Congelar gastos é 'atitude irresponsável do governo'

Brasília - Pré-candidata da Rede à Presidência, a ex-ministra Marina Silva classificou como "irresponsável" e "populista" a PEC do Teto, que impõe um limite para os gastos públicos nos próximos 20 anos. O projeto foi aprovado em 2016 e considerado uma das principais medidas da área econômica do governo do presidente Temer.

"As políticas públicas no Brasil estão sofrendo um golpe, sobretudo com atitude irresponsável do governo em congelar os gastos em 20 anos. Os mais afetados serão os índios, porque nesse congelamento quem está pagando o preço é a Saúde, Educação, é o cuidado com as comunidades mais vulneráveis", disse Marina.

Para ela, o controle dos gastos públicos deveria ser feito via lei orçamentária e



Ex-ministra Marina Silva.

não com a aprovação de uma alteração na Constituição. "Ele deveria fazer isso pela lei orçamentária e não fazendo populismo através de uma PEC engessando o gasto público, quando a gente tem a expectativa, se Deus quiser, de o País voltar a crescer e poder voltar a aplicar recursos em programas sociais, de Saúde, Educação, de Segurança Pública", afirmou (AE).

BOLSAS

O Ibovespa: -0,16% Pontos: 85.469,07 Máxima de +1,14% - 86.578 pontos Mínima de -0,58% : 85.106 pontos Volume: 9,59 bilhões Variação em 2018: 11,87% Variação no mês: 0,12% Dow Jones: -1,74% Pontos: 24.024,13 Nasdaq: -1,7% Pontos: 7.007,35 Ibovespa

Futuro: -0,38% Pontos: 86.075 Máxima (pontos): 87.290 Mínima (pontos): 85.690 Global 40 Cotação: 813,439 centavos de dólar Variação: +0,56%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,4701 Venda: R\$ 3,4706 Variação: +0,61% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,54 Venda: R\$ 3,64 Variação: +0,46% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,4661 Venda: R\$ 3,4667 Variação: +0,71% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,4130 Venda: R\$ 3,6100 Variação: +0,56% - Dólar Futuro (maio)

Cotação: R\$ 3,4705 Variação: +0,46% - Euro (17h31) Compra: US\$ 1,2234 Venda: US\$ 1,2235 Variação: +0,22% - Euro comercial Compra: R\$ 4,2440 Venda: R\$ 4,2460 Variação: +0,83% - Euro turismo Compra: R\$ 4,1770 Venda: R\$ 4,4070 Variação: +0,85%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,32% ao ano. - Capital de giro, 9,39% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.333,00 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: +0,67% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 148,700 Variação: +1,85%.

"Não há poder maior no mundo que o do tempo: tudo sujeita, tudo muda, tudo acaba".

Padre Antônio Vieira (1608/1697)
Orador português